



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7533 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 08 - Formação de Professores

A RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA COMO POLÍTICA DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES: ANÁLISE CRÍTICA

Priscila de Souza Costa Couto - UERJ - FFP - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Lucília Augusta Lino - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

A RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA COMO POLÍTICA DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES: ANÁLISE CRÍTICA

Este trabalho visa analisar como o Programa Institucional de Residência Pedagógica (PIRP) se insere na materialização da política de formação de professores implementada pelo MEC nos últimos quatro anos. Buscamos compreender que concepções de formação ela representa e quais os projetos políticos a ela relacionados, bem como quais são os desafios postos à formação de professores no Brasil em um cenário de desmontes e retrocessos educacionais e políticos. Focaremos no contexto da prática, tendo como estudo de caso a implantação do PIRP na Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro.

Para essa análise recorreremos à abordagem do ciclo de políticas públicas, formulada por Stephen Ball (1993; 1994) e colaboradores, utilizada para pensar políticas educacionais no Brasil por Jefferson Mainardes (MAINARDES, 2006; MAINARDES, 2018), por constituir-se em um referencial analítico flexível e dinâmico, que nos permite explorar a natureza complexa da política. Essa abordagem favorece a análise crítica de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até sua implementação no contexto da prática e seus efeitos, por ressaltar a atuação dos agentes locais.

O PIRP foi instituído por Portaria da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em 28 de fevereiro de 2018, e a seguir, teve lançado seu primeiro edital (Edital CAPES/MEC 06/2018), com chamada pública para a submissão de propostas para o Programa. Além do desenvolvimento de projetos de formação que fortaleçam o campo da prática, o programa objetiva induzir a reformulação prática das licenciaturas e promover adequação dos currículos de formação inicial de professores à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esta é a proposição da Política Nacional de Professores, publicizada em 2017, materializada nos editais dos programas PIRP, Pibid e UAB, lançados na mesma data.

A proposição de problematizar a política de Residência Pedagógica no contexto de sua formulação e implementação é focalizada na Universidade pública que obteve o maior número de bolsas do estado do Rio de Janeiro, no Edital 06/2018, já finalizado. Assim, consideramos ser possível investigar a contribuição do PIRP para a formação inicial dos licenciandos e para a formação continuada dos professores, segundo as avaliações dos sujeitos envolvidos e o cotejamento dos dados do Relatório final encaminhados ao MEC pela Instituição de Ensino Superior (IES).

O PIRP começou a ser implementado em um cenário social e político de crescimento das ideias neoliberais e avanço do conservadorismo, após o golpe de 2016 e as eleições de 2018. Nesse cenário, vemos a aceleração de um conjunto de reformas relacionadas a uma concepção de educação baseada na defesa do livre mercado, em que a qualidade da educação depende da inserção de escolas, professores e estudantes em um mercado concorrencial, sem interferência do Estado, designadas de reformas empresariais da educação. (FREITAS, 2018).

Evangelista e Shiroma (2015), chamam atenção para uma série de resoluções, leis, pareceres e outros documentos nacionais e internacionais que vem operando transformações de características neoliberais na educação, balizadas em recomendações de agências multilaterais (Banco Mundial, UNESCO, UNICEF, OCDE etc.), desde a década de 1990. Segundo esses autores, a concepção neoliberal de Estado está por trás das recomendações de privatização, das políticas de padronização curriculares, dos sistemas de avaliação baseados em testes censitários e responsabilização meritocrática, que funcionam como indutores da inserção da educação no mercado. Essas transformações passam pela docência, desde o currículo, a formação inicial e continuada, até a carreira, avaliação e gestão. “Trata-se de uma proposição de mudança em cadeia, da formação do professor, do trabalho docente e do aluno a ser formado. É a formação desse sujeito que está em causa, para o qual a atuação do professor é estratégica”, segundo Evangelista e Shiroma (2015, p.333).

No contexto das mudanças normativas da formação de professores, foi publicada a Resolução CNE/CP nº2 de dezembro de 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) (BRASIL, 2019). Esta resolução retoma a lógica de competências e habilidades e vincula a formação de professores à BNCC. Assim, faz-se necessário investigar as relações entre os diversos programas de formação de professores e as transformações em curso na educação.

Nossa pesquisa iniciou-se em março de 2020, já no contexto da pandemia de covid-19 e, em sua primeira fase, dedica-se a revisão bibliográfica e análise de documentos oficiais. Nas primeiras análises comparativas entre os editais da Capes de 2018 e 2020, já é possível perceber mudanças que indicam um alinhamento do PIRP ao movimento conservador e neoliberal.

De 2018 para 2020 percebe-se maior ênfase na dimensão prática do aprendizado profissional e uma exigência mais explícita de que os projetos institucionais das IES apresentem estratégias de articulação da BNCC com os conhecimentos das áreas dos subprojetos, incluindo uma análise de mérito que considera aderência à BNCC. Há, ainda, um aumento substancial na carga horária de regência do residente, que parece estar relacionado a nova BNC-Formação que preconiza a colocação do licenciando em situação real de trabalho. Além dessas mudanças, em 2020 percebe-se uma flexibilização das exigências para a coordenação institucional do programa, e redução desequilibrada nas cotas distribuídas, que parecem colocar a política de residência na lógica de transferência de recursos públicos para o setor privado.

Nossas análises iniciais apontam para uma vinculação da política de residência pedagógica às reformas empresariais da educação, aceleradas após o golpe de 2016. No entanto, a política não se resume ao texto e intencionalidades de seus autores. É necessário ainda investigar como essa política está sendo executada e como se dá sua ressignificação no contexto da prática. Essa análise será realizada em fase posterior da pesquisa envolvendo a aplicação de questionários e entrevistas com os atores vinculados à IES escolhida para o estudo de caso.

Palavras-chave: Residência Pedagógica. Política Educacional. Formação de Professores.

REFERÊNCIAS

- BALL, S. J. What is policy? Texts, trajectories and toolboxes. *Discourse: studies in the cultural politics of education*, v. 13, n. 2, p. 10-17, abr. 1993. DOI: 10.1080/0159630930130203.
- BALL, S. J. *Education reform: a critical and post-structured approach*. Buckingham, Philadelphia: Open University Press, 1994.
- BRASIL. Resolução CNE/CP Nº 02, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Brasília: MEC, 2019.
- EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Formação humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada. *Revista Contemporânea de Educação*, vol.10, n.20, p.314 a p.341, jul/dez de 2015. Disponível em <https://doi.org/10.20500/rce.v10i20.2730>. Acesso em 23/08/2020.
- FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação – nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular. 2018.
- MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educ. Soc., Campinas*, v. 27, n. 94, p. 47-69, abr. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 de julho de 2020.
- MAINARDES, Jefferson. A Abordagem do ciclo de políticas públicas: Explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. *Jornal de Políticas Educacionais*.V. 12, n.16, agosto de 2018. ISSN 1981-1969. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/59217>>. Acesso em: 16 de julho de 2020.